

O ALIENISTA NA LUTA ANTIMANICOMIAL

THE ALIENIST IN THE STRUGGLE AGAINST THE ASYLUMS

Marília Novais da Mata Machado

Laboratório de Pesquisa e Intervenção

Psicossocial (Lapip) – UFSJ

marilianmm@gmail.com

Izabel Christina Friche Passos

Laboratório de grupos, instituições e redes

sociais (Lagir) – UFMG

izabelpassos@fafich.ufmg.br,

izabelfrichepassos@gmail.com

Marcos Vieira-Silva

Laboratório de Pesquisa e Intervenção

Psicossocial (Lapip) – UFSJ

mvsilva@ufs.edu.br

RESUMO

O conto *O alienista*, de Machado de Assis, escrito em 1882, suscita ainda sérias controvérsias no meio psiquiátrico. Este trabalho traz os resultados de uma análise do discurso de dois *corpora*: (1) o conto e (2) os artigos de Piccinini (escritos em 2000 e em 2006) e de Amarante (de 2006) que citam *O alienista* e o colocam como pivô de disputas hodiernas. Analisando o contexto dos discursos investigados, busca-se apreender e explicitar as diferentes teorias e concepções relativas à saúde e à doença mental que os atravessam. O primeiro discurso foi produzido no final do séc. XIX e os outros na primeira década do séc. XXI. Na análise dos textos, é dada atenção especial à figura de Simão Bacamarte, o alienista, presente nos dois *corpora* e atuando como um verdadeiro analisador do campo de saber psiquiátrico. A articulação de texto e contexto permite responder à questão que aparentemente é o pivô da disputa – quem foi o modelo usado por Machado de Assis para criar o personagem Simão Bacamarte? – e demonstra como a redução da disputa a essa questão camufla tensões,

oposições, polarizações e antagonismos muito mais importantes, relativos à definição e redefinição da loucura e da saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: *O alienista*, Machado de Assis, Análise do discurso, Movimento de luta antimanicomial.

***O alienista*, um conto que ainda desperta controvérsias**

Uma busca na internet, realizada a 22 de março de 2011, mostra aproximadamente 52300 entradas para “Machado de Assis” “O alienista”, o que, sem dúvida, é um bom atestado da atualidade do conto escrito em 1882. Em meio a essas entradas, destaca-se polêmica envolvendo os psiquiatras Piccinini (2000; 2006) e Amarante (2006). Não se trata de uma simples discussão sobre modelos que inspiram a criação de Simão Bacamarte, como pode parecer à primeira vista, mas abrange a definição e redefinição da psiquiatria e as atuais disputas internas desse campo, como se tenta demonstrar neste artigo.

Para tanto, dois *corpora*¹ foram analisados a fim de entender por que o conto machadiano ainda gera tanta polêmica: (1) o conto e (2) os artigos de Piccinini (escritos em 2000 e em 2006) e de Amarante (de 2006), que o citam e o colocam como pivô de disputas hodiernas.

Em linhas gerais, a controvérsia pode ser vista nas sequências discursivas apresentadas a seguir. Em 2000, em texto sobre a história da disciplina, Piccinini escreve:

Extraímos de Machado de Assis a afirmação do "alienista", dr. Simão Bacamarte a frase "pensava que a loucura fosse uma ilha, mas é um continente". Continente envolvido em brumas que aos poucos são

¹ O corpus utilizado para a análise de *O alienista* foi a íntegra do conto publicado como livro, em formato pequeno (ASSIS, 2007); para apoio nas citações, utilizou-se o texto de 36 páginas da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>, digitalizado com base em Assis (1994). Os *corpora* para a análise da polêmica de Piccinini (2000; 2006) com Amarante (2006) foram os respectivos artigos, na íntegra.

penetradas pelas luzes da ciência que permitem certa visibilidade sobre sua forma, geologia, composição, o que permite que nos afastemos das ideias mágicas ou preconceitos sobre suas origens e significado.

(Aparentemente nosso Machado de Assis criou o personagem do alienista parodiando o Dr. José da Cruz Jobim, primeiro médico a cuidar dos loucos no Hospício Pedro II, diretor da Faculdade de Medicina e que virou senador do império pelo Estado do Espírito Santo. Como senador monarquista conservador fez severas críticas aos estudantes de Direito de São Paulo e Machado foi em defesa dos mesmos. Assim Praia Vermelha virou a Casa Verde, Rio de Janeiro passou a ser Itaguaí e o desafeto de M. de Assis, o nosso Dr. Jobim.

A consequência disto é que até hoje o alienista segue causando estragos e permitindo que alguns o utilizem como forma de crítica a um determinado tipo de psiquiatra (PICCININI, 2000).

Com efeito, biografias de Machado de Assis (COSTA, 2001; MONTELLO, 1972; VIANA Filho, 1989) mostram o autor, em 1864 – bons 17 anos antes de iniciar a escrita do conto em pauta, reconhecido pelo meio estudantil como jornalista alinhado aos liberais. Nesse ano, ele trabalha como correspondente para a revista paulista *Imprensa acadêmica*, publicação suspensa em menos de um ano, mas que lhe rende contatos que o levam, em 1866, a colaborar no *Diário de São Paulo*. Observa-se, contudo, que o trabalho para a *Imprensa Acadêmica* era apenas um entre outros tantos realizados pelo autor. Ao mesmo tempo, Machado de Assis colabora com os periódicos *Paraíba*, *Espelho*, *Semana Ilustrada*, *Jornal das Famílias* e escreve peças teatrais (*Pipelet*, de 1859; *Quase Ministro*, de 1863, entre outras). Introduzido por Quintino Bocaiúva (1836-1912), o conhecido político e jornalista articulador do movimento republicano, acumula ainda o trabalho de redator e colaborador do *Diário do Rio*, jornal republicano, onde fica de 1860 a 1867. Além disso, seu conhecimento de Jobim, como se verá, extrapola muito o incidente mencionado por Piccinini.

Em setembro de 2006, no contexto da luta antimanicomial, Amarante publica *Rumo ao fim dos manicômios*, artigo assim iniciado:

Sempre que algum aluno me pergunta o que deve ler para começar a compreender a questão da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, indico sem pestanejar "O alienista", de Machado de Assis, conto publicado sob forma de folhetim entre 1881 e 1882. Machado foi, sem sombra de dúvida, o pioneiro na crítica ao saber e às instituições psiquiátricas no Brasil (e talvez no mundo (...)) (...)

É realmente impressionante a sagacidade do autor, a forma como ele apreende o processo de constituição da psiquiatria e como identifica e destaca seus pontos mais frágeis e seus dispositivos de poder. Primeiro quando se refere à necessidade de criação do hospício como uma demanda externa, artificial, vinda de um cientista recém-chegado da Europa (...).

Em "O alienista" tudo nos aproxima da história real de Philippe Pinel e de seu trabalho na construção do alienismo no final do século XVIII. Suspeito, aliás, que Machado de Assis tenha acompanhado bem de perto a trajetória de João Carlos Teixeira Brandão, conhecido como o "Pinel Brasileiro". Fundador da psiquiatria brasileira, Brandão fez severas críticas ao primeiro hospício no país, o D. Pedro II, no Rio de Janeiro, do qual foi nomeado diretor médico em 1890. Nesse mesmo ano, assumiu também a direção da Assistência Médico-Legal aos Alienados, o primeiro órgão nacional de normatização e coordenação da assistência psiquiátrica. (AMARANTE, 2006)

A esse artigo Piccinini responde com *Dialogando com a antipsiquiatria*. Disseca e contradiz todo o artigo de Amarante. Segue-se uma pequena parte ilustrativa:

Amarante cita "O Alienista" de Machado de Assis e o calvário de Lima Barreto pelos hospitais psiquiátricos do Rio de Janeiro. (...) Quando se pretende utilizar politicamente uma obra, para provar uma idéia pré-formada, podemos estar entrando num terreno nebuloso e

com grande potencial de manipulação. (...) Defendo a seguinte idéia. Machado de Assis era um monarquista liberal, José da Cruz Jobim era senador, monarquista conservador e os dois tiveram uma desavença por causa de estudantes paulistas, amigos de Machado e condenado por seus “costumes abusivos”. Machado tinha 25 anos, Jobim já era idoso. (...) Coincide que ele tinha uma propriedade em Itaguaí. Daí se origina a essência do alienista. (PUCCININI, 2006)

Antes de mais nada, observa-se, nessas sequências discursivas citadas (partes constitutivas de um dos nossos *corpora* de análise), que a construção imaginária machadiana, mais de um século depois de escrita, cria ainda uma polêmica real. Acusado, por um lado, de causar estragos à psiquiatria e de ser usado politicamente pela antipsiquiatria, por outro, o conto é considerado como a primeira crítica séria ao saber e às instituições psiquiátricas brasileiras.

Sobre a escrita do conto

Boa parte da vida e da obra de Machado de Assis (1839-1908), incluindo a escrita de *O alienista*, se passa no segundo reinado (1840-1889), depois de suplantado o difícil período regencial (1831-1840).² Após a declaração da maioria de D. Pedro II, deflagrada pelos liberais, o reino endividado, dependente dos ingleses e com unidade territorial ameaçada restaura instituições do primeiro reinado e adota um regime semelhante ao parlamentarista britânico, embora mais centralizado. Carvalho (2002) retrata a sociedade brasileira da época de Machado de Assis:

Escavidão e pequena propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor,

² Lança-se mão, nesse subtítulo e nos seguintes, de informações e passagens encontradas em PASSOS; VIEIRA-SILVA & MACHADO (2010).

equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. (CARVALHO, 2002, p. 21)

Esse historiador acentua ainda a convivência entre o poder privado dos proprietários e o poder do Estado, as desigualdades perante a lei, o descaso com a educação primária (em 1872, apenas 16% da população brasileira são alfabetizados).

Entre outubro de 1881 e março de 1882, *O alienista* é publicado pela primeira vez, em forma de folhetins, na revista de modas *A Estação*. Em 1882, surge como o primeiro conto da coletânea *Papéis avulsos*. O contexto brasileiro é o da quinta e última década do segundo reinado. Abolicionismo e republicanismo estão ativos e, em breve, vitoriosos.

Analisando as condições de produção do conto, observa-se que ele é escrito quando o autor se recupera de doenças graves, estafa e a cegueira que quase o impede de escrever e da qual se cura graças à competência dos médicos que o acompanham. Ademais, a escrita se dá pouco depois de o autor alçar posto no primeiro escalão do Ministério da Agricultura, onde trabalhava havia oito anos.

Em 1881, o mesmo ano da primeira publicação de *O alienista* em folhetim, houve mudança no regime eleitoral. A Câmara de Deputados, unanimemente liberal, elimina o primeiro turno das eleições. Em tese, todo mundo é eleitor direto, mas, paradoxalmente, o liberalismo brasileiro de então se mostra mais restritivo que o partido conservador, pois, com o aumento da renda mínima exigida para o exercício do voto, tornado facultativo, e com a exclusão da grande maioria dos analfabetos, proibidos de votar, reduz-se a participação popular e, de fato, são cortados perto de 90% do eleitorado.

Essa e outras questões políticas, sob distintas coberturas, estão presentes no conto. De especial importância para a análise aqui realizada é a figura do amigo de juventude de Machado de Assis, Pedro Luís Pereira de Sousa. Os dois são da mesma idade. Entre 1859 e 1864, haviam sido colegas no *Correio Mercantil*, respeitado jornal de tendência liberal em que Machado de Assis é colaborador, revisor, eventualmente jornalista e redator. Pedro Luís,

formado em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de São Paulo, é o diretor e redator. Mais tarde faz carreira política: elege-se deputado pelo partido liberal, perde a reeleição em 1868, ganha a de 1877, representando a província do Rio de Janeiro, torna-se membro do Conselho de Estado. Os dois se reencontram em 1881, depois de findo o gabinete conservador liderado pelo duque de Caxias (1880): os liberais sobem ao poder e o amigo do autor de *O alienista* torna-se ministro dos Negócios Estrangeiros, depois da Marinha, do Império e da Agricultura, quando então tem Machado de Assis como oficial de gabinete (ASSIS, 1997b). Depois, é nomeado presidente da Província da Bahia. Morre em 1884.

Focalizando mais de perto esse reencontro de 1881, cabe lembrar que Machado de Assis era funcionário do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas havia anos. Em 1880, essa pasta é ocupada pelo deputado Buarque de Macedo, engenheiro pernambucano, que convida o autor para oficial de gabinete. Porém, Buarque de Macedo morre repentinamente, em agosto de 1881, e é sucedido por Pedro Luís que, como mencionado, acumula dois ministérios. Machado de Assis continua como oficial de gabinete, mas com trabalho muito aumentado, pois o ministro lhe delega grande parte das tarefas. Isso dura até o fim do ano, quando os liberais são derrotados nas eleições. Machado de Assis solicita sua volta para o antigo posto. Está muito cansado e um tanto adoentado, o que o leva a uma viagem para se recuperar, em janeiro de 1882, em Petrópolis. Nessa maratona político-administrativa, não parou de escrever. Os biógrafos datam dessa época sua maturidade literária, representada justamente por *O alienista* e por *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, livro publicado em 1880, também em folhetins, na *Revista Brasileira*.

Mas, vinte anos antes, entre 1860 e 1863, como bons amigos, Machado de Assis como redator do *Diário do Rio*, Pedro Luís como representante do *Correio Mercantil*, e um terceiro, também poeta, Bernardo Guimarães, enviado do *Jornal do Comércio*, cobrem todos os dias as sessões do Senado do Império. Sobre os senadores, ocupantes de cargos vitalícios, Machado de Assis escreve, anos depois, em 1899, já na República:

(...) é preciso não esquecer que não poucos eram contemporâneos da Maioridade, alguns da Regência, do Primeiro Reinado e da

Constituinte. Tinham feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regímen, e eu era um adolescente espantado e curioso. Achava-lhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição. Paralelamente, iam me lembrando os apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles, e sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tirava-lhes as cãs e as rugas, e fazia-os outra vez moços, árdegos e agitados. Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa. (ASSIS, 1997d, p. 119)

Colocando agora o foco da análise na data da publicação de *O alienista* em *A Estação*, ou seja, entre 15 de outubro de 1881 e 15 março de 1882, quando, se não escreve efetivamente, o que é o mais certo, o autor faz as revisões para a publicação, é impossível deixar de imaginar que o contato diário e estreito com Pedro Luís, nos três meses que antecedem o primeiro folhetim, não atualize as vivências dos dois no Senado do Império. Possivelmente conversam a esse respeito, recordam juntos alguns eventos. Certamente a Câmara Municipal de Itaguaí, no conto, entre outros modelos, retrata o Senado do Império. É possível que a figura do alienista, arrogante e grotesco, encontre respaldo no conjunto daqueles velhos senadores. Mas não é só isso. A sobrecarga de trabalho e o cansaço que levam Machado a Petrópolis, onde termina a escrita do conto, atualizam também outros problemas – a epilepsia, a gagueira, a timidez – da ordem dos estudados pelo protagonista do conto, Simão Bacamarte.

Em favor dessas hipóteses está a correspondência enviada ao amigo Joaquim Nabuco, exilado na Inglaterra, em que o autor associa ao passado (e ao tempo do *Correio Mercantil*, se examinamos o conto mencionado na citação abaixo) o livro em que se encontra *O alienista*:

(...) ora lhe envio *Papéis Avulsos*, em que há, nas notas, alguma coisa concernente a um episódio do nosso passado: a *Época*. – Não é propriamente uma reunião de escritos, porque tudo o que ali está

(exceto justamente a “Chinela turca”) foi escrito com o fim especial de fazer parte de um livro. Você me dirá o que ele vale. (ASSIS, 1997c, p. 25)

Machado de Assis revisita a loucura

Em 1896, de forma muito irônica, o autor volta a tratar da questão psiquiátrica (ASSIS, 1997a), numa crônica de 31 de maio a respeito de uma fuga de internos do Hospício da Praia Vermelha. Afirma que o episódio é grave, levando-o a desenvolver duas reflexões. A primeira diz respeito à perda de “uma das escoras” da própria alma:

(...) era convicção minha de que se podia viver tranquilo fora do Hospício dos Alienados. No *bond*, na sala, na rua, onde quer que se me deparasse pessoa disposta a dizer histórias extravagantes e opiniões extraordinárias, era meu costume ouvi-la quieto. Uma ou outra vez sucedia-me arregalar os olhos, involuntariamente, e o interlocutor, supondo que era admiração, arregalava também os seus, e aumentava o desconcerto do discurso. Nunca me passou pela cabeça que fosse um demente. (...)

Assim vivia, e não vivia mal. A prova de que andava certo, é que não me sucedia o menor desastre, salvo a perda de paciência (...). Agora, porém, que fugiram doudos do hospício e outros tentaram fazê-lo (e sabe Deus se a esta hora já o terão conseguido), perdi aquela antiga confiança que me fazia ouvir tranquilamente discursos e notícias. É o que acima chamei uma das escoras da minha alma. Caiu por terra o forte apoio. Uma vez que se fuge do Hospício dos Alienados (e não acuso por isso a administração) onde acharei método para distinguir um louco de um homem de juízo? (ASSIS, 1997a, p. 26)

A segunda, o leva a aprender alguma coisa:

O cálculo, o raciocínio, a arte com que procederam os conspiradores da fuga, foram de tal ordem, que diminui em grande parte a

vantagem de ter juízo. O ajuste foi perfeito. A manha de dar pontapés nas portas para abafar o rumor que fazia Serrão arrombando a janela do seu cubículo, é uma obra-prima; não apresenta só a combinação de ações para o fim comum, revela a consciência de que, estando ali por doudos, os guardas os deixariam bater à vontade, e a obra da fuga iria ao cabo, sem a menor suspeita. Francamente, tenho lido, ouvido e suportado cousas muito menos lúcidas. (ASSIS, 1997a, p. 27)

Na peça teatral *Não procures médico* (publicada pela primeira vez pela Garnier em 1899, em *Páginas recolhidas*), Machado de Assis volta novamente à questão, com a personagem D. Leocádia, capaz de curar, com engenho e habilidade, as “moléstias morais” (ASSIS, 1997e, p. 202). A distinção entre doença orgânica e moral parece atravessar o conto, a crônica e a peça. Da mesma forma, o autor distingue bem a medicina alopática e homeopática, como se vê, por exemplo, em uma das *Balas de Estalo*, de 2 de julho de 1883 (ASSIS, 1997b, p. 5-7) e em correspondência citada por Viana Filho (1989, p. 231), da época da doença de Carolina, quando ele e a esposa cogitam mudar de medicina.

Do ponto de vista do contexto em que surge o conto aqui analisado, excetuados esses exemplos acima, não importam tanto os eventos e as publicações das últimas duas décadas da vida de Machado de Assis, as mais ricas do ponto de vista literário e as que o transformam no mais importante escritor brasileiro.

A loucura na época de Machado de Assis

O personagem alienista é um médico psiquiatra, na terminologia atual. Para entendê-lo, algumas questões devem ser respondidas: Que práticas e teorias psiquiátricas estão em voga na época? O autor as conhecia? Até que ponto o Hospício Pedro II, funcionando desde 1852 na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, cidade em que o autor sempre viveu, é tomado como um modelo para o conto?

Tendo por base alguns textos de revisão crítica sobre o desenvolvimento da psiquiatria no Brasil³, podem-se tentar algumas respostas a essas questões. Embora já em 1830 a Sociedade de Medicina da corte lance o slogan “aos loucos o hospício” (MACHADO, 1978, p. 473), o Pedro II é a primeira instituição brasileira pensada especificamente para abrigá-los e tratá-los. Antes dele, os loucos são trancafiados em casa pelas famílias, em quartos isolados e mesmo em cômodos externos a casa, construídos com tal finalidade. Os que não têm família que deles se ocupe, vagam pelas ruas, sendo objeto da caridade pública e da filantropia. As santas casas de misericórdia, instituições mais filantrópicas que médicas, comandadas por religiosas e abertas no país desde o séc. XVI, apenas na segunda metade do séc. XIX passam a abrigar também os loucos, em seus porões, mantendo amarrados aqueles considerados perigosos ou furiosos.

O Brasil que caminha para a abolição da escravidão e para a implantação da república começa a ver o louco, chamado então de alienado, como um problema social e uma questão médica, nos moldes do que já acontecia na Europa há quase um século (RESENDE, 1992). O louco se torna visível e a percepção social de que a loucura prolifera no meio urbano desencadeia a abertura de hospícios nas capitais e principais cidades do país.

Entretanto, no período das três décadas que sucedem à inauguração do primeiro hospício no Rio de Janeiro e antecedem a escrita de *O alienista*, não se pode dizer que exista de fato psiquiatria no país, nem tratamento médico para a loucura. Os hospícios pouca diferença guardam das casas de misericórdia, entregues à gestão das mesmas religiosas, sem qualquer autoridade médica que regulasse os critérios de internação ou os cuidados dispensados aos internos. Diferentemente dos muitos hospícios europeus, existentes desde fins do séc. XVIII, onde teorias concorrentes disputavam o saber sobre a insanidade mental, o hospício no Brasil, nos seus primórdios, segundo Manoel Teixeira (2005, p. 46), tem uma “nítida marca de distinção racial”. O primeiro hospício é destinado aos loucos da elite. Dos “insanos” pobres, negros ou índios, praticamente não se ocupam. Decorre daí que a maioria dos internos do Pedro II é composta por pessoas que representam

³ Cerqueira, 1984; Machado, 1978; Resende, 1992; Teixeira, 2005.

algum tipo de estorvo para as famílias mais abastadas: débeis, imbecis, deficientes e até mesmo órfãos.⁴

A década em que Machado escreve *O Alienista* é marcada por importante debate sobre a falta de cientificidade e de presença médica nos hospícios brasileiros. Assim, vêm-se consumir importantes acontecimentos voltados a promover a medicalização das práticas sobre os alienados e a cientificização dos saberes sobre a loucura: 1881 é o ano em que a Universidade do Brasil cria a primeira cadeira de psiquiatria no ensino médico brasileiro, denominada “Doenças nervosas e mentais”; em 1888, a direção do Pedro II é ocupada pela primeira vez por um médico, o alienista Teixeira Brandão (1854-1921), admirador de Pinel e praticante do tratamento moral, considerado, entretanto, por outras correntes teóricas, como pouco científico; em 1889 o hospício é retirado definitivamente das religiosas e passa a pertencer ao Estado, recebendo o nome de Hospício Nacional de Alienados.

Lopes Rodrigues (*apud* RESENDE, 1992, p. 43), referindo-se aos anos de 1890 e criticando a total indefinição, do ponto de vista psiquiátrico, da população interna do hospício, diz que, mesmo sob a primeira direção médica de Teixeira Brandão, considerado o Pinel brasileiro, quase 90% dos diagnósticos do Pedro II situam os loucos na vaga categoria de “degenerado atípico”. Degenerescência era um conceito defendido por uma das principais teorias da época que via a alienação mental como um processo progressivo e irreversível de degenerescência, fruto de herança biológica para alguns, decorrente de mestiçagem ou característica de inferioridade racial, para outros.

O fato é que a psiquiatria brasileira terá de esperar até 1912 para se ver reconhecida como especialidade médica autônoma. Juliano Moreira, médico nordestino e mulato, formado na Alemanha pela escola eugenista e biologista kraepiliana, será o incansável protagonista desse processo, dirigindo a cátedra e a primeira enfermagem psiquiátrica universitária por quase trinta anos. Machado de Assis, cronista de jornais extremamente atento para os debates

⁴ Só no séc. XX, com a industrialização do país, a população dos manicômios, especialmente dos públicos, passa a se constituir em sua maioria de pobres, desempregados e alcoólatras, ou seja, de indesejáveis sociais. A rápida superlotação dos hospícios e o tratamento desumano e violento dado aos loucos por enfermeiros, que não passam de carcereiros, bem como a quase total ausência de profissional médico, dá a essas instituições sua marca de segregação social, nas décadas de proliferação dos manicômios, tanto dos públicos (abertos de norte a sul do país até 1950) quanto dos privados (abertos em quantidade, principalmente no período da última ditadura civil-militar).

intelectuais e políticos da capital, seguramente acompanha, com sua fina ironia, todo esse debate.

Retratos de um alienista

O retrato do alienista pintado por Piccinini (2000; 2006) é simples: ele é uma paródia do “Dr. José da Cruz Jobim, primeiro médico a cuidar dos loucos no Hospício Pedro II, diretor da Faculdade de Medicina e que virou senador do império pelo Estado do Espírito Santo” (PICCININI, 2000). Além disso, ele é um personagem que “segue causando estragos e permitindo que alguns o utilizem como forma de crítica a um determinado tipo de psiquiatra.” (PICCININI, 2000).

Já Amarante (2006) retrata o alienista simplesmente como um “cientista recém-chegado da Europa”, enquanto louva a perspicácia e a visão de longo alcance de Machado de Assis que, no conto, antecipa as linhas gerais da luta antimanicomial, critica o saber das instituições psiquiátricas e filia-se ao que de melhor existia na psiquiatria de seu tempo. Amarante imagina o autor como um defensor de João Carlos Teixeira Brandão, o “Pinel Brasileiro”.

Mas, e para Machado de Assis? Quem é, afinal, o alienista? De onde vem o seu imenso poder que o leva a ser capaz de trancafiar quatro quintos da população da vila de Itaguaí?

Para responder à primeira pergunta, percorreu-se o *corpus* de *O alienista* em busca dos predicados que caracterizam o Dr. *Bacamarte*, o *médico*, o *alienista* (esses foram os termos-pivô adotados). O personagem é descrito de diferentes perspectivas, a partir do ponto de vista do narrador, dos cronistas, do vigário, da mulher, do boticário, de amigos e inimigos. Ele é paciente, austero, grande homem, grande espírito, sábio, nobre, magnânimo, ilustre, insigne, tolerante, verídico, vigoroso, leal, franco, verdadeiro, sereno, enérgico, grave, sincero, radiante, majestoso, sagaz, prudente, influente, ativo, diligente, perseverante, alegre, triste, desdenhoso, enfastiado, déspota, ganancioso, terrível, tirano, violento, alienado.

Seu poder emana da ciência e da Câmara Municipal, ou melhor, da articulação dessas duas instâncias. Para a análise do poder do alienista foram construídos dois *corpora* reduzidos, um a partir dos termos-pivô *ciência* e

científico(a), outro a partir de *Câmara*. A sequência discursiva que abre o primeiro corpus reduzido é:

—A *ciência*⁵, disse ele a Sua Majestade, é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo. Dito isso, meteu-se em Itaguaí, e entregou-se de corpo e alma ao estudo da *ciência*, alternando as curas com as leituras, e demonstrando os teoremas com cataplasmas. (ASSIS, 2007, p. 13)

Bacamarte casa-se com uma mulher feia para não correr “o risco de preterir os interesses da *ciência* na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte”; a ciência lhe cura “todas as mágoas” (ASSIS, 2007, p. 14). Suas ações têm, antes de tudo, o “interesse *científico*” (ASSIS, 2007, p. 21) que justifica deixar a mulher de lado (e essa, por sua vez, quando tem oportunidade, deixa-se mover pelo “perverso intuito de degolar de uma vez a *ciência*, ou, pelo menos, decepar-lhe as mãos” (ASSIS, 2007, p. 24)).

Repetidamente se vê que Bacamarte é, antes de tudo, “Homem de *ciência*, e só de *ciência*, nada o consternava fora da *ciência*” (ASSIS, 2007, p. 26). Ela é a “coisa mais alta”, “uma investigação constante” (ASSIS, 2007, p. 28). Supera a teologia de tal forma que esta não sabe se deve “crer em si ou na outra” (ASSIS, 2007, p. 31-32).

O extremo apego do personagem à ciência aparece mais de uma vez como objeto de ironia do narrador: “Uma volúpia *científica* alumiou os olhos de Simão Bacamarte” (ASSIS, 2007, p. 38). Ou ainda:

D. Evarista soltou um grito, — balbuciou uma palavra e atirou-se ao consorte — de um gesto que não se pode melhor definir do que comparando-o a uma mistura de onça e rola. Não assim o ilustre Bacamarte; frio como diagnóstico, sem desengonçar por um instante a rigidez *científica*, estendeu os braços à dona que caiu neles e desmaiou. (ASSIS, 2007, p. 40-41)

⁵ Este e os grifos que se seguem são dos autores do artigo e servem para apontar os termos-pivô utilizados para a análise.

D. Evarista foi o assunto obrigado dos brindes, discursos, versos de toda a casta, metáforas, amplificações, apólogos. Ela era a esposa do novo Hipócrates, a musa da *ciência*, anjo, divina, aurora, caridade, vida, consolação (ASSIS, 2007, p. 42).

Já os inimigos falam do “despotismo *científico* do alienista” (ASSIS, 2007, p. 48), ao que Bacamarte responde que “a *ciência* é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade” (ASSIS, 2007, p. 53). O líder rebelde Porfírio duvida do médico, mas dobra-se ao poder da ciência:

— Engana-se Vossa Senhoria, disse o barbeiro depois de alguma pausa, engana-se em atribuir ao governo intenções vandálicas. Com razão ou sem ela, a opinião crê que a maior parte dos doidos ali metidos estão em seu perfeito juízo, mas o governo reconhece que a questão é puramente *científica* e não cogita em resolver com posturas as questões *científicas*. (ASSIS, 2007, p. 63)

O próprio poder de Bacamarte, exemplo “de convicção *científica* e abnegação humana” (ASSIS, 2007, p. 81), alimenta-se constantemente da ciência:

Conjeturas, invenções, desconfianças, tudo caiu por terra desde que ele não duvidou recolher à Casa Verde a própria mulher, a quem amava com todas as forças da alma. Ninguém mais tinha o direito de resistir-lhe—menos ainda o de atribuir-lhe intuits alheios à *ciência*. (ASSIS, 2007, p. 71)

Quando se trata de algo científico, o protagonista deixa de ser austero para se tornar majestoso:

A cabeleira cobria-lhe uma extensa e nobre calva adquirida nas cogitações cotidianas da *ciência*. Os pés, não delgados e femininos, não graúdos e mariolas, mas proporcionados ao vulto, eram resguardados por um par de sapatos cujas fivelas não passavam de simples e modesto latão. Vede a diferença: — só se lhe notava luxo naquilo que era de origem *científica*; o que propriamente vinha dele

trazia a cor da moderação e da singeleza, virtudes tão ajustadas à pessoa de um sábio. (ASSIS, 2007, p. 84-85)

É também em nome da ciência (que lhe permite tanta soberba) que, finalmente, ele se interna na Casa Verde:

Em vão a mulher e os amigos lhe disseram que ficasse, que estava perfeitamente são e equilibrado: nem rogos nem sugestões nem lágrimas o detiveram um só instante.

—A questão é *científica*, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática. (ASSIS, 2007, p. 87)

Mas o ilustre médico, com os olhos acesos da convicção *científica*, trancou os ouvidos à saudade da mulher, e brandamente a repeliu. Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. (ASSIS, 2007, p. 88)

A análise do segundo corpus reduzido, relativo à *Câmara*, enfatizou os verbos associados a esse termo-pivô, o que permite descrever a Câmara Municipal de Itaguaí como um órgão do Poder Público que autoriza, legisla, aprova regimento, exerce governo, recebe, recusa ou aceita representação, fornece estipêndio, responde a ofício, debate, vota, rejeita alvitre, resiste, entrega-se, hesita, cede, dá baile, manda verificar, manda fechar, estima pedido, cassa licença. À Câmara, pede-se licença, oficia-se, expõe-se, declara-se, restituem-se somas. No caso limite, quando ela é derrubada pela rebelião popular, é descrita como corrupta, violenta, vilipendiada. A Câmara é, sem dúvida, o principal órgão de poder da vila e, talvez, uma paródia do antigo senado do império.

Em três sequências discursivas os dois termos-pivô – *ciência* e *Câmara* – aparecem juntos, apontando o mecanismo que articula o Poder Público e a ciência: uma separação rigorosa entre as duas esferas de forma a que uma não interfira na outra e, ao mesmo tempo, que se dêem as mãos, como demonstrado na fala de Porfírio, dirigida a Bacamarte:

A generosa revolução que ontem derrubou uma *Câmara* vilipendiada e corrupta, pediu em altos brados o arrasamento da Casa Verde; mas pode entrar no animo do governo eliminar a loucura? Não. E se o governo não a pode eliminar, está ao menos apto para discriminá-la, reconhecê-la? Também não; é matéria de *ciência*. (ASSIS, 2007, p. 63-64)

Outra sequência discursiva é parte do documento enviado por Bacamarte à Câmara, quando decide soltar todos os recolhidos à Casa Verde, após descobrir outra teoria sobre a loucura. Novamente, as duas esferas de poder são isoladas uma da outra, mas roga-se o apoio de um ao outro: “5° que, tratando de descobrir a verdade *científica*, não se pouparia a esforços de toda a natureza, esperando da *Câmara* igual dedicação” (ASSIS, 2007, p. 72). O mesmo ocorre na terceira sequência discursiva, uma fala do narrador a respeito da posição do vereador Galvão quanto à internação no asilo de membros da Câmara: “O argumento principal deste magistrado é que a *Câmara* legislando sobre uma experiência *científica*, não podia excluir as pessoas dos seus membros das consequências da lei; a exceção era odiosa e ridícula.” (ASSIS, 2007, p. 76)

Apreende-se, assim, o que garante a superioridade do alienista sobre toda a vila: o poder médico/científico do qual está investido, aliado ao poder legislativo municipal (e apoiado por ele). Essa aliança decide a vida de quase toda a população, que, em resposta, se submete.

De outro lado, chega-se à própria posição do autor com relação à loucura e a seu tratamento contrapondo-se os textos *O alienista*, a crônica escrita quinze anos depois, a respeito da fuga dos “doudos” da Praia Vermelha, a peça *Não consultes médico* e a *Bala de Estalo* de 2 de julho de 1883. Verifica-se que há pontos em comum entre eles: a suposição da impossibilidade de distinguir, num indivíduo, normalidade de patologia; descrença no poder médico-administrativo; hipótese de uma distância entre doença moral e orgânica, percepção da medicina como um saber incerto e impreciso. A comparação desses textos demonstra não apenas o conhecimento do autor com relação às questões psiquiátricas então em voga,

como a tendência a se alinhar a uma das teorias então vigentes, a que via a loucura como passível de tratamento moral, em oposição à teoria da degenerescência. Esse conhecimento, que parece vir de boa fonte e que lhe garante um vasto vocabulário relativo à loucura, seus sintomas e tratamentos⁶, o autoriza a ironizar os pressupostos que desembocam em internação.

Uma visão alternativa

Na polêmica de Piccinini (2000; 2006) com Amarante (2006) estão representadas, com efeito, duas posições antagônicas com relação à psiquiatria e a perene necessidade de reformá-la, da qual o Movimento de luta antimanicomial é, sem dúvida, a expressão mais radical. Piccinini, em seus argumentos, se filia a psiquiatras que se propuseram a rever essa prática, como Rodrigué, Blaya, Cerqueira, Busnello (todos atuantes no Brasil). Já os autores da “linhagem de Amarante”, nas palavras de Piccinini, todos de expressão internacional, não se restringem a psiquiatras, como Basaglia, Cooper e Laing; também nela comparecem um cientista social e um filósofo, Goffman e Foucault. São claramente representativos de um tipo de militância ou de prática clínica e de pensamento crítico que põem em cheque a auto-suficiência desse campo de saber e de prática, por estar intrinsecamente ligado a questões sociais e políticas.

Tendo em vista o sentido da polêmica, pouco importa, portanto, se o alienista é paródia da figura de José da Cruz Jobim ou arremedo de Teixeira Brandão. O que importa, e será o cerne da polêmica entre os dois psiquiatras atuais, é a explicitação de posições próprias, diferenciadas, frente à questão do saber e do poder psiquiátricos: uma que os situa como prática social (Amarante), outra que luta por reafirmar a autonomia técnico-científica do campo em relação aos interesses e aos jogos de poder presentes na sociedade (Piccinini). A partir da figura emblemática do médico formado na Europa (tanto Jobim quanto Brandão também o foram) que retorna ao país natal atrasado para finalmente implantar uma prática médica moderna que dê conta dos loucos e da loucura, aos moldes do que já se vinha fazendo havia

⁶ Loucos mansos e furiosos, monomanias, delírios, alucinações, demência, mania e perfeição moral são, entre outros, vocábulos presentes nos textos.

um século no velho mundo, Machado põe em cena um dilema que está longe de ter sido resolvido: a obstinada busca de bases científicas para as respostas médicas à experiência da loucura. Nessa busca, fica evidente a fragilidade ou a insuficiência de sustentação científica desse saber e a necessidade de uma vinculação recorrente ao poder político. Utilizando da banal estratégia literária de remeter ao passado longínquo o desenrolar da história (é assim que o conto começa: “As crônicas da vila de Itaguaí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico...” (ASSIS, 2007, p. 13)), Machado, está antenado para a atualidade desse passado, que, tanto na vida real quanto no conto, não encontram solução de continuidade. O médico Jobim, após se aposentar como médico, torna-se político em tempo integral (ocupa o Senado de 1848 até sua morte em 1878). Sabemos que Brandão também ingressará na carreira política tão logo obtenha reconhecimento como médico. Por seu lado, o ingênuo e tresloucado Bacamarte, mais trágica ou humanamente, confina a si mesmo na Casa Verde para todo o sempre, em busca da solução para o dilema da loucura e de sua cura.

Voltando aos nossos polemistas, cada qual fala de um lugar que não reconhece o outro. Por isso, pode-se afirmar que o pivô da disputa não é determinar quem foi o modelo usado por Machado de Assis para criar o personagem Simão Bacamarte. Uma visão alternativa é possível.

Machado de Assis conhecia bem (e criticamente) a psiquiatria praticada no Rio de Janeiro e na Europa, como se demonstrou acima. Além disso, lia jornais nacionais e europeus. Seus amigos, com quem se correspondia seguidamente, deixavam-no a par das novidades da Inglaterra, França, Itália. Mandavam-lhe sempre recortes de artigos de jornais e revistas, como se vê em *Correspondência* (ASSIS, 1997c). Ademais, por causa de sua epilepsia, possivelmente tinha interesse direto na questão psiquiátrica, numa época em que os conhecimentos não eram tão segmentados por disciplinas como na atualidade.

Machado de Assis identificava perfeitamente a figura de José Martins Cruz Jobim, o antigo médico do Paço Imperial, professor e diretor da Faculdade de Medicina da Corte, primeiro médico clínico do Hospício Pedro II e um dos pioneiros da psiquiatria no Brasil. Identificava Cruz Jobim não simplesmente a partir de um episódio em que se opusera a ele, defendendo

estudantes paulistas, como sugere Piccinini. Com efeito, cobrindo o Senado do Império, do qual Cruz Jobim (para Piccinini, o modelo de Simão Bacamarte) participa como senador pelo Espírito Santo por vinte e sete anos, Machado de Assis, por três anos, o vê diariamente e não lhe dá tanta importância, como se deduz da citação abaixo:

A visão do Senado foi-se-me assim alterando nos gestos e nas pessoas, como nos dias, e sempre remota e velha: era o Senado daqueles três anos. Outras figuras vieram vindo. Além dos cardeais, os Muritibas, os Sousa e Melos, vinham os de menor graduação política, o risonho Pena, zeloso e miúdo em seus discursos, o Jobim, que falava algumas vezes, o Ribeiro, do Rio Grande do Sul, que não falava nunca, – não me lembra, ao menos. (ASSIS, 1997d, p 127-128).

Cruz Jobim, já morto à época do conto, não foi seguramente o alvo, tampouco foi modelo único e exclusivo. É possível que todos aqueles estranhos senadores do império, inclusive porque um deles fora também médico do Hospício Pedro II, compõem os personagens não somente de Bacamarte, mas também dos vereadores. Mas, sobretudo, são outros fatores como muita imaginação, observação, competência e crítica verdadeira à psiquiatria manicomial e à soberba, onipotência e presunção de alguns médicos e políticos que conheceu que sugerem os personagens do conto.

Quanto a João Carlos Teixeira Brandão, citado por Amarante, embora haja comunhão de posições entre ele e Machado de Assis, há que se procurarem, antes, influências comuns sobre ambos: em 1881, quando o conto é iniciado, Brandão está recém-chegado da Europa, onde fora estudar psiquiatria. Começa apenas a despontar nessa área, participando da fundação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, onde se torna médico do serviço de moléstias do sistema nervoso. Antes disso, completa o bacharelado em Ciências e Letras no Colégio Pedro II, doutora-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1877 e clínica na cidade de Barra Mansa de 1878 a 1880. Teriam os dois se encontrado antes do início da escrita do alienista? Ou simplesmente Machado estava informado sobre as controvérsias que

perpassavam a área, com informações vindas de outras fontes, algumas diretamente da Europa, como se sugere aqui?

Tudo indica que a polêmica de Piccinini contra Amarante usa o conto apenas como um mote para uma discussão atualíssima. A redução da disputa à questão de quem foi o modelo para a criação de Simão Bacamarte, ou de qual teria sido a intenção de Machado ao criá-lo, apenas camufla tensões, oposições, polarizações e antagonismos muito mais importantes, relativos à definição e redefinição da loucura e de saúde mental. O importante é observar que a figura de Simão Bacamarte, o alienista, presente nos dois *corpora*, atua como um verdadeiro analisador do campo de saber psiquiátrico.⁷

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. Rumo ao fim dos manicômios. *Revista Mente&cérebro*. Set. 2006 <http://recantodasletras.uol.com.br/e-livros/542889> Consulta 22/03/2011.

ASSIS, Machado de. *A semana II/1896, 31 de maio*. São Paulo: Globo, 1997a, p.25-29. – (Obras completas de Machado de Assis)

ASSIS, Machado de. *Balas de estalo&crítica/ Pedro Luís*. São Paulo: Globo, 1997b, p.171-176. – (Obras completas de Machado de Assis)

ASSIS, Machado de. *Correspondência*. São Paulo: Globo, 1997c, 150p. – (Obras completas de Machado de Assis)

ASSIS, Machado de. *Páginas recolhidas/ O velho senado*. São Paulo: Globo, 1997d, p.115-129. – (Obras completas de Machado de Assis)

ASSIS, Machado de. *Teatro/ Não consultes médico*. São Paulo: Globo, 1997e, p.199-221. – (Obras completas de Machado de Assis)

ASSIS, Machado de. *O alienista*. Porto Alegre: L&PM, 2007. 88p.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236p.

⁷ Este trabalho recebeu o patrocínio de: Fapemig, Capes, UFSJ, UFMG.

CERQUEIRA, Luiz. *Psiquiatria social: Problemas brasileiros de saúde mental*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1984.

COSTA, Pedro P. S. *Machado de Assis*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S. A, 2001. 232p. – (A vida dos grandes brasileiros)

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MONTELLO, Josué. *Machado de Assis*. Lisboa: Verbo, 1972. 135p.

PASSOS, Izabel Christina Friche; VIEIRA-SILVA, Marcos & MACHADO, Marília Novais da Mata. O poder médico e o poder público. In MACHADO et al. *Discurso da equidade e da desigualdade sociais: Significações imaginárias, vínculo social*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, p. 177-198.

PICCININI, Walmor J. Dialogando com a antipsiquiatria, 2006.
<http://www.scribd.com/doc/6953115> Consulta a 22/03/2011

PICCININI, Walmor J. *História da Psiquiatria: Voando sobre a história da psiquiatria*. Agosto de 2000. <<http://priory.com/psych/wal0800.htm>> Consulta a 22/03/2011.

RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: Tundis, S. A. & Costa, N. R. *Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

TEIXEIRA, Manoel O. L. Teixeira Brandão: o Pinel brasileiro. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; RUSSO, Jane & VENANCIO, Ana Tereza A. (Orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2005.

VIANA Filho, Luís. *A vida de Machado de Assis*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. 300p.

ABSTRACT

Machado de Assis' tale, *The alienist*, written in 1882, still provokes serious controversies in the psychiatric milieu. This paper presents the results of a discourse analysis of two corpora: (1) the tale and (2) the articles by Piccinini (written in 2000 and in 2006) and by Amarante (from 2006) that mention *The alienist* and put it in the core of very recent debates. The analysis of the context of the investigated discourses tries to apprehend and to make explicit the different theories and conceptions about mental health and mental illness offered in there; the first discourse appeared in the end of the nineteenth century and the others in the first decade of the twenty first. In the analysis of the texts, special attention is put in the image of Simão Bacamarte, the alienist,

present in the two corpora and operating as an analyzer of the psychiatric field. The articulation of text and context allows to answer the question that apparently is the heart of the debate – Who was the model adopted by Machado de Assis to create the character of Simão Bacamarte? – and demonstrates that reducing the debate to this question hides tensions, oppositions, polarizations and antagonisms much more important, related to the definition and redefinition of mental illness and mental health.

KEYWORDS: The alienist, Machado de Assis, Discourse Analysis, Deinstitutionalization movement.